

Setor mineral: sonho e castigo

25 ABR 1988

Noevaldo Teixeira

Alguns tentam atenuar os equívocos do futuro texto constitucional argumentando que o mesmo representará a média aproximada das tendências da população. Média ou não, o distributivismo, as reservas de mercado, o corporativismo, a manutenção dos mecanismos estatizantes e a xenofobia não resolverão os dramáticos problemas da sociedade brasileira. Se não manipularmos com razoável bom senso a realidade, aprofundaremos de maneira acachapante o nível de miséria de nosso povo. Bom senso significa perceber que o país economicamente isolado não conseguirá atender com dignidade às necessidades básicas dos estratos sociais economicamente inferiores, significa recolocar o Estado nos trilhos de suas funções fundamentais (educação, saúde, saneamento, geologia básica) que o centralismo político e econômico, ao longo dos últimos 20 anos, encarregou-se de desviar.

Não, a Constituição não permitirá tais equívocos pelo fato de expressar a média das tendências da nossa população. Ela assim o fará por ainda refletir a ausência de uma verdadeira prática democrática e sobretudo pelo brutal poder da casta burocrática estatal com a cumplicidade do empresariado dependente. Estes, entrincheirados em seus privilégios, manipulam com inegável esperteza a discussão dos grandes temas nacionais. É comum escamotearem a verdadeira situação das empresas estatais, a qual poderia claramente aflorar por uma simples operação aritmética ou pela irritante relação receita/despesa que alguns habilmente empurram para o campo do ilusionismo, no qual os velhos chavões (soberania e segurança da nação) brotam generosamente como chuchu na serra.

O setor mineral tem sido vítima da notória ignorância e da exacerbação ideológica que têm acompanhado o tema há pelo menos 40 anos. Ainda hoje, pessoas bem intencionadas, mas desinformadas, advogam o retorno de alguns postulados constitucionais de 1937. Não procuram, contudo, saber quais foram as conseqüências para a mineração de emendas constitucionais restritivas e inadequadas, que consolidaram a estagnação da mineração por várias décadas. Desconhecem o avassalador desenvolvimento tecnológico capaz de reduzir em alguns anos portentosos jazimentos em sucatas minerais, símbolo de uma decadente fase de nossa trajetória evolutiva. Nada disto é discutido, a motivação ideológica encoberta os fatos, envolvendo-nos em sonhos isolacionistas e estatizantes.

A Constituição de 1946 realisticamente consolidou a participação do capital internacional na mineração através de um voto socialista (conservador ou progressista?). O deputado Hermes Lima simplesmente agiu com bom senso mostrando a necessidade de convivermos pacificamente com a lógica e o mais elemental dos princípios econômicos: sem capital, não há investimentos. Agora, em

claro retrocesso, sem qualquer avaliação séria do setor mineral brasileiro, pleiteamos o retorno dos preceitos de 37. Enquanto isto, os povos dependentes de recursos minerais preparam os materiais para o terceiro milênio utilizando cerâmicas, novos plásticos, ligas metálicas especiais, empreendendo vigorosa miniaturização e reciclagem. Além de estarmos retardados tecnologicamente, agora tentam nos empurrar o atraso pela imposição legal.

O besteirol publicado por alguns segmentos da imprensa sobre o setor mineral no Brasil vem sendo alimentado por citações de pouco conteúdo crítico, lançadas pelo livro *Quem é quem no subsolo brasileiro*, publicado sob a coordenação do CNPq. Sem diferenciar um pedido de pesquisa de um alvará, sem esclarecer a dinâmica dos requerimentos de área, disseminou-se a noção da dominação estrangeira sobre o subsolo nacional. Tal dominação seria feita por empresas, fantasmas que aqui atuariam clandestinamente, de preferência na calada da noite, como se a exploração mineral fosse uma atividade que pudesse ser exercida à meia luz. Ao contrário do que diz o livro, estudos atuais do DNPM mostram que no Brasil o setor tem predominantemente a participação do capital estatal, privado nacional e, complementarmente, multinacional. Ao contrário do que sugere o livro supracitado, o país necessita urgentemente de agilizar a entrada de capitais para a mineração, e não afugentá-los. Infelizmente, neste caso, as versões pesam mais que os fatos. A questão fundamental do setor mineral no Brasil não é o número de áreas requeridas, mas do capital efetivamente aplicado na prospecção e pesquisa. Não será com sofismas que resolveremos os inúmeros problemas deste importante setor. O mesmo necessita de uma profunda reestruturação dos órgãos públicos, de algumas adaptações no Código e de efetivo cumprimento da lei.

Enganam-se ao considerar que a democracia veio unicamente para votarmos. A democracia imporá prioridades, e estas penalizarão inapelavelmente a expressiva participação do governo no setor mineral. Bastará a sociedade perceber os altíssimos riscos da prospecção, o longo prazo para o retorno do capital empregado, a insegurança das constantes flutuações de preços dos metais. A crise do setor mineral não é uma particularidade brasileira. No Canadá (potência mineral), este setor passava no final da década por preocupante desaquecimento. O Estado interveio e mobilizou a sociedade; hoje, de cada dólar investido, via Bolsa de Valores, abatem-se 1.30 na declaração de renda do investidor. Com isto, surgiram cerca de 2 mil pequenas empresas de mineração privadas, cuja soma de investimentos, unicamente na exploração, alcançarão este ano mais de 1 bilhão de dólares. A Austrália em apenas um ano duplicou sua produção aurífera como conseqüência direta da aplicação de recursos privados. Sob que argumentação tentamos impedir a aplicação do capital

externo na fase de mais alto risco no Brasil? Seria o governo canadense, ou o australiano, menos patriótico? Certamente não. A diferença talvez esteja na dosagem de lucidez. O Brasil necessita dramaticamente da aplicação de capitais na fase de maior risco da pesquisa mineral (importamos 52% de nossas necessidades); impedi-los é de uma obtusidade irritante.

Exigir do Estado brasileiro que assumia isoladamente o setor mineral chega a ser desumano. Este deve preferencialmente ser responsável pela geologia básica e pelo cumprimento da lei e para isto consumirá somas vultosas que hoje são inteiramente insuficientes. Fora disto, os recursos do setor mineral terão que ser confrontados com outras prioridades muito mais prementes. Certamente teremos que ter muita competência ou esperteza para provarmos que, antes de alocar recursos para o controle sanitário dos bancos de sangue, deveríamos fazê-lo em atividade de altíssimo risco e retorno a longo prazo.

A esperteza ficará por conta de uma boa pregação ideológica, afinal temos que assegurar a "soberania" do subsolo pátrio. Convém lembrarmos que o subsolo, além da seventia de acomodar os entes queridos *post mortem*, para valer alguma coisa mais, terá que conter jazidas. O desagradável é que esta dívida da natureza só aparece depois de descoberta e, para isto se tornar realidade, normalmente precisam ser aplicadas somas vultosas, técnicas modernas e uma boa dosagem de paciência, fatores atualmente bastante escassos. O preço da nossa falsa soberania será a perpetuação de nossas baixas taxas de descobertas, do desemprego e desmotivação profissional da classe geológica que, há menos de 10 anos, chegou a ser considerada a profissão do futuro e hoje encontra-se em situação deplorável.

Entretanto, de tudo resta uma certeza: o processo democrático utilizado na elaboração do novo texto constitucional foi o mais acertado. Os setores que não conseguiram mostrar as vantagens do realismo sobre a demagogia, do liberalismo sobre o centralismo, não o fizeram por omissão ou incompetência e agora terão que esperar que o tempo mostre os acertos e erros da nova Carta. O trágico é que novamente o pagamento da fatura ficará para os menos favorecidos. Ao contrário de alimentarmos sonhos isolacionistas, deveríamos estar atentos para os novos rumos da marcha social. Esta parece trilhar os caminhos da liberdade, valorização do esforço pessoal em favor da coletividade, e não pela consolidação do Estado, patrão perdulário, incompetente e paternalista. O sonho dos ideólogos so atraso será revertido velozmente em castigo para os menos favorecidos, sob a forma de desemprego, dependência e instabilidade política. Quem escapar verá.

Noevaldo Teixeira é Mestre em Geologia Econômica e Prospecção pela Universidade Nacional de Brasília